

Mercado de Trabalho Brasileiro e a Transição para a Vida Adulta: O Desafio da Juventude

*Ana Carolina Villas Bôas Mennella*¹

RESUMO: O presente artigo visa discutir os percursos desenvolvidos pelos jovens no processo de transição para a vida adulta, ressaltando a esfera do trabalho. A conquista de independência econômica é um dos importantes pilares da transição para a vida adulta, contudo tal conquista mostra-se difícil em contextos de trabalho como o brasileiro, nos quais se destacam, entre outros aspectos, a dificuldade de inserção e permanência do jovem no mercado de trabalho. Há alguns indicadores importantes dessa inserção problemática, como, por exemplo, as elevadas taxas de desemprego juvenil.

PALAVRAS-CHAVE:

Juventude, mercado de trabalho, trajetórias, transição.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. Contato: carolmennella@gmail.com

INTRODUÇÃO

A discussão sociológica acerca da juventude é profícua. Esse tema passa a receber destaque principalmente a partir da década de 70, quando são produzidos muitos estudos sobre a juventude, que centravam suas investigações sobre a crise dos valores associados ao trabalho. Na década de 80, por sua vez, viu-se uma substituição do foco das pesquisas sociológicas que passaram a abordar centralmente as dificuldades de inserção profissional e a exclusão do mercado de trabalho (Maruani e Reynaud, 2004). Em outras palavras, nas últimas décadas os estudos acompanharam as transformações da realidade do trabalho juvenil e se dedicaram à investigação das diferentes modalidades de acesso profissional e o desemprego.

Atualmente a discussão sobre a juventude ganha novos contornos. Seja qual for o foco de investigação, é necessário pensar a juventude a partir de uma perspectiva que ressalte a sua diversidade (Pais, 1990, 2001; Charvet, 2001). O que torna possível falar em juventude, ou em qualquer outra categoria etária, é o fato de existirem grupos de pessoas que nasceram em anos próximos, e que, em alguma medida estão sujeitos aos mesmos processos em fases semelhantes em um momento histórico e social determinado. Assim, Singer argumenta que:

em função do momento histórico em que nasceram, elas estão fadadas a passar a vida juntas, atravessando as mesmas vicissitudes políticas e econômicas. Se são todas nascidas no Brasil e continuam no país em sua juventude, então é de esperar que a maioria vivencie a realidade brasileira ao mesmo tempo e em estágios vitais semelhantes: juntas terminarão os estudos, casarão e terão filhos, farão carreira, se engajarão em movimentos políticos, sociais, culturais e etc. (2005:27).

Nesse sentido, os jovens são os indivíduos de uma mesma geração. Mas, não apenas isso, pois essa afirmação remete a importância de um mundo social compartilhado. Isto é, ainda que se argumente que as situações de vida são muito diferentes, que

principalmente há uma heterogeneidade de condições, que expõe os indivíduos a experiências totalmente diversas, é preciso considerar que também há unidade em meio à diversidade. É importante ter todos os aspectos mencionados acima quando se pretende falar em juventude: não considerá-la como uma categoria real e empírica, unitária e homogênea, ou, ao mesmo tempo, como totalmente fragmentada. Além disso, viu-se o abandono das teses que consideravam a juventude como uma fase de preparação para a vida adulta, que não possui valor ou sentido em si mesma. Ser jovem não é simplesmente se preparar para o devir, é também vivenciar situações e experiências significantes que impactam a construção de si e da sociedade.

Atualmente, em alguns dos estudos mais recentes sobre juventude observa-se uma tentativa de conciliação entre agência e estrutura, isto é, a capacidade que o indivíduo tem de agir no meio e as condições estruturais nas quais se insere. A discussão acerca da relação entre agência e estrutura aparece associada à idéia de que o jovem foi afetado de forma particular, nos seus processos de socialização e de transição para a vida adulta, pelas transformações sociais e econômicas observáveis no fim do século XX² (Pimenta, 2007).

A transição para a vida adulta remete a conquistas e mudanças de estatutos, sendo que os principais são: independência financeira, estabelecimento de residência própria, conclusão dos estudos, constituição de família. A independência financeira nos

² Segundo Pimenta, a preocupação com esse tema está presente em grande parte da produção sociológica desde a década de 70, assim sua incorporação nos estudos específicos sobre juventude só representa um reflexo desse debate, que foi grandemente inspirado pelas obras de dois autores em particular: “a teoria da estruturação de Anthony Giddens e a relação entre habitus e campo, de Pierre Bourdieu” (2007:101).

remete diretamente à inserção profissional dos jovens, dado que o trabalho ainda é o principal meio de acesso a renda. Assim, além das diversas mudanças que ocorreram nas sociedades capitalistas que impactaram certamente as formas de construção das trajetórias de transição, há que se considerar a incidência do contexto do mercado de trabalho, que também passou por alterações importantes nesse período. É essa questão que este artigo pretende discutir brevemente. A seguir serão feitas algumas considerações sobre as configurações do trabalho no Brasil. Em seguida serão apresentados alguns dados sobre a inserção do jovem e discutida a forma de construção de trajetórias de transição para a vida adulta nesse cenário.

O cenário do trabalho no Brasil

A discussão sobre as configurações do trabalho na sociedade contemporânea envolve a compreensão das mudanças importantes que ocorreram nessa esfera, nas últimas décadas do século XX. Até então o universo do trabalho era fortemente moldado pela prevalência do modelo fordista/taylorista.

Segundo Druck, foi no governo Kubitschek que houve de fato a aplicação do fordismo no Brasil, pois até então o país não tinha as condições necessárias para tal. A chegada das empresas multinacionais com capital estrangeiro foi importante na introdução e consolidação desse modelo,

Contudo, efetivamente, não ocorreu no Brasil o processo de integração de amplas massas ao mercado de trabalho e de consumo. Assim como não se constituiu um Estado de bem-estar social, a exemplo dos países centrais. A exclusão social integra a estrutura histórica da sociedade brasileira. O atraso na construção de uma cultura política com fortes representações sindicais e de organização partidária, a ausência de uma real revolução democrática no país e a limitada soberania nacional, dadas as subordinações e a dependência econômicas às nações centrais, são definidores de um país cujas classes subalternas não conseguiram atingir nem mesmo a 'cidadania do fordismo'. (Druck, 1999: 59)

Antunes (2006) identifica como um terceiro salto de industrialização no Brasil, – além dos que ocorreram sob os governos de Getúlio e Juscelino - durante a ditadura militar que se inicia em 1964. Segundo o autor, a produção do país caracterizava-se até então por uma produção de bens de consumo duráveis, destinada a abastecer o mercado interno, que, no entanto, não era muito desenvolvido, e uma produção de produtos primários e industrializados destinados ao mercado externo, com os quais o Brasil mantinha uma relação de subordinação e dependência. Internamente o país caracteriza-se “pela vigência de um processo de superexploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos...” (2006: 17).

Ainda segundo o mesmo autor, é a partir da década de 80 que se observa o início do processo de reestruturação produtiva, impulsionado pela imposição das empresas transnacionais, pela necessidade de aumento da competitividade internacional e como resposta ao desenvolvimento do sindicalismo. Na década de 90, essa tendência se desenvolve com mais força e como consequência pode-se destacar: informatização, descentralização produtiva, flexibilização das leis do trabalho e terceirização da mão-de-obra. O autor ressalta que não há substituição de um modelo por outro, ao contrário, o que se observa é a convivência de modelos de produção diferentes, o que forma um cenário heterogêneo, em que há elementos de continuidade e descontinuidade. Esse é um aspecto de importância fundamental para a compreensão do desenvolvimento desse processo no Brasil.

Guimarães (2004) afirma que a reestruturação que ocorre no Brasil na década de 90 possui uma qualidade “sistêmica”, diferindo daquela observada na década anterior. Essa reestruturação atinge não apenas as empresas centrais da produção, mas dissemina-se para toda a rede de firmas relacionadas; atinge não apenas os campos

tecnológicos e organizacionais da produção, mas também estabelece um novo padrão de relacionamento entre as firmas. Como consequência influenciou também no relacionamento dos outros atores sociais envolvidos no processo, como o Estado, trabalhadores e sindicatos. A utilização do termo sistêmico pretende clarificar a qualidade do tipo de transformação deflagrada por tal reestruturação: as mudanças se espalham por toda a cadeia produtiva atingindo a organização e realização no interior e exterior da firma³. Druck (1999) também ressalta a proliferação de mudanças engendradas pela reestruturação produtiva, ainda que no Brasil, a implantação do modelo japonês⁴ tenha se realizado de forma heterogênea devido às grandes diferenças setoriais e regionais. A autora salienta a importância do processo de terceirização, que assume um caráter “epidêmico” (1999: 105).

É preciso ressaltar a importância do Plano Real no processo de reestruturação produtiva no Brasil. O Plano Real baseou-se nas seguintes medidas: manutenção de taxas de juros elevadas, valorização artificial das taxas de câmbio e abertura comercial. Ocorre uma reestruturação da organização produtiva brasileira, com a expansão do setor de serviços e uma transformação do Estado em um órgão mais maleável e menos interventor. (Malaguti: 2000).

Nas duas últimas décadas do século passado, foi possível observar mudanças importantes na Região Metropolitana de São

³ É preciso sublinhar que falar em “reestruturação sistêmica” não significa conceber tais mudanças como coerentes, integradas ou como uma tendência de conformação a um padrão. Há uma tendência clara de transformação do paradigma produtivo, entretanto seria um erro pensar em uniformização (Guimarães, 2004; Cardoso, Comim e Guimarães, 2006).

⁴ O modelo japonês de produção é o denominado *toyotismo*, em referência à fábrica japonesa Toyota. Algumas características associadas ao toyotismo são: programas de qualidade total, trabalho em equipe, sistema *just-in-time*, *kanban* e *lean production*.

Paulo⁵ (RMSP). Em primeiro lugar, segundo Singer, ocorreu um processo de desindustrialização, principalmente já na década de 90, relacionada com o aumento da concorrência derivada da abertura do mercado interno. Associadas à desindustrialização, ocorreram outras mudanças, como a diminuição da participação de assalariados no total de ocupados, com o aumento da participação de autônomos⁶. Observa-se também a substituição do emprego formal, registrado, pelo emprego informal, sendo que os altos índices de desemprego funcionam como um importante instrumento de pressão, pois facilitam a aceitação dessa forma de contratação por parte dos trabalhadores (Singer, 2003).

Essas alterações produziram uma mudança no perfil dos ocupados na região. Brandão, Watanabe, Ferreira e Montagner (2006) ressaltam que na primeira metade da década de 90 houve um importante ajustamento entre a População em Idade Ativa (PIA) e a População Economicamente Ativa (PEA), isto é, há um movimento de saída e retorno ao mercado de trabalho, originando mão-de-obra potencial. Além disso, observou-se a existência de fluxos importantes entre ocupação e desemprego e na movimentação de ocupados por postos de trabalho diferentes. Essas informações salientam uma característica importante desse mercado de trabalho: a instabilidade da inserção, representada pelo curto tempo de duração de uma ocupação e trânsito entre situações de ocupação, desemprego e inatividade.

O regime de trabalho no Brasil é historicamente caracterizado pela instabilidade dos vínculos empregatícios,

⁵ São utilizados dados para a Região Metropolitana de São Paulo devido à expressão desta no interior do mercado de trabalho brasileiro.

⁶ Singer (2003) afirma que em períodos de recessão há uma redução do assalariamento, mas essa tendência é atenuada nos períodos de recuperação econômica.

representada pela alta rotatividade da mão-de-obra⁷, dado que as empresas sempre tiveram facilidade para demitir. Assim, a flexibilização, que nos países europeus parece incidir fortemente sobre a estabilidade do emprego, não ocorre sob as mesmas condições no Brasil, já que aqui a instabilidade já estava instituída. Há de fato um enxugamento dos postos de trabalho, principalmente de trabalho formal. Essa mudança no perfil das vagas oferecidas ajuda a perpetuar a outra característica do regime de trabalho no Brasil: o baixo nível das remunerações (Baltar e Proni, 1996). Segundo Camargo ((1996), a alta flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro em relação aos níveis salariais e a admissão e demissão de trabalhadores deve-se em grande parte às instituições que regulam esse mercado, que favorecem a contratação em curto prazo, incentivam o não-cumprimento da lei, e não estimulam as negociações entre trabalhadores e empresas⁸.

Guimarães (2004) caracteriza a transição ocupacional ocorrida sob a reestruturação sistêmica de “predatória”, pois os trabalhadores que experimentam tal mobilidade são muitas vezes expulsos do mercado formal de emprego, perdem o “capital de qualificação” acumulado e são excluídos dos direitos e proteções legais relacionados ao trabalho. Segundo a autora, é preciso lembrar que no Brasil se observa uma situação diferente de outros países capitalistas, pois aqui a característica mais marcante das trajetórias profissionais constituídas a partir da reestruturação sistêmica é a recorrência do desemprego, mais do que a rotatividade por postos de trabalho ou desemprego de longa duração. O desemprego leva a perda da identidade de trabalhador e à exclusão do mundo regulado dos

⁷ É preciso lembrar que a alta rotatividade de mão-de-obra e o baixo nível de remuneração estão associados a algumas características como pouco tempo de serviço na empresa e baixa escolaridade/qualificação do trabalhador. (Baltar e Proni, 1996).

⁸ Sobre essa discussão ver também “Instituições e o mercado de trabalho no Brasil” Amadeo e Camargo (1996).

direitos associados ao trabalho. Essa situação se agrava com a dificuldade de recolocação profissional no setor formal encontrada por muitos trabalhadores demitidos de grandes empresas.

A perda da qualificação profissional acumulada decorre de uma inserção diferenciada, isto é, o trabalhador demitido não consegue um emprego na mesma área ou setor no qual atuava anteriormente. Por sua vez, ao analisar as tendências recentes⁹ do mercado de trabalho, a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (Seade/Dieese), Rodarte e Braga (2005) afirmam que a partir de 1999 houve um aumento na criação de vagas, mas que o tempo de procura por emprego permanece elevado e em ascensão. Uma primeira consequência ressaltada é a “queima de capital humano”, pois um afastamento prolongado do trabalho sujeita essa mão-de-obra ao esquecimento da prática profissional e desatualização. Uma segunda consequência é o empobrecimento dessa população, pois, entre outras coisas, o desemprego representa a perda de sua principal fonte de renda, porque os mecanismos estatais de proteção e auxílio a essa população são deficitários e insuficientes.

O ajustamento do mercado de trabalho brasileiro realizado através da criação de vagas no setor informal é salientado por Cacciamali e José-Silva (2003). A política macroeconômica adotada no Brasil, assim, como em outros países da América Latina, não se mostrou eficiente no estímulo ao crescimento industrial, tornando a absorção de mão-de-obra no mercado informal um importante elemento para a contenção dos níveis de desemprego. Outra característica importante do mercado de trabalho brasileiro é a distribuição desigual do desemprego e das ocupações precárias entre a mão-de-obra, sendo que os jovens e as mulheres estão entre os mais

⁹ Os autores analisam dois períodos 1996-1999 e 2000-2004.

afetados por essas duas situações (Cacciamali e José-Silva, 2003; Dedecca, 1996).

O jovem e o trabalho: o difícil aspecto da transição

Como foi dito anteriormente, a inserção no mercado de trabalho é um importante aspecto da conquista do estatuto de adulto. Contudo, a simples inserção não é suficiente para garantir a conquista da independência financeira com relação à família de origem. Esta é possivelmente a principal problemática associada a esse tema: quais são os empregos aos quais os jovens brasileiros tem acesso? Como foi visto, ocorreram alterações importantes no mercado de trabalho brasileiro, principalmente no que tange à estabilidade dos vínculos empregatícios. Os jovens iniciam suas trajetórias produtivas em um contexto no qual houve uma diminuição do emprego industrial seguro e que novas formas de contratação e trabalho se proliferam.

Essa não é uma especificidade da realidade juvenil brasileira. Muitos estudos ressaltam as dificuldades de inserção profissional dos jovens. Segundo Charvet (2001) houve uma transformação das organizações produtivas, que buscam agora maior flexibilidade. Nesse contexto, os ingressantes são os principais afetados, porque a inserção não estável tem forte impacto nas suas carreiras produtivas, que ainda estão em fase inicial de construção. Os jovens são a maioria entre os trabalhadores admitidos em contrato de duração determinada (CDD) (Charvet, 2001; Demazière, 2006; Pais, 2001; Maruani e Reynaud, 2004; Vesapollo, 2006).

Os jovens são também fortemente afetados pelo desemprego. Dados da PED¹⁰ de 2006 revelam que na RMSP, os

¹⁰ Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pela parceria da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) e o Dieese (Departamento

jovens com idades entre 15 e 24 anos representavam cerca de 24,5% da população economicamente ativa, mas aproximadamente 46,2% do total de desempregados. Ou, com maior precisão, eram 52,3% dos que se encontravam em desemprego aberto.

Há outro dado estatístico que nos indica a dificuldade de inserção dos jovens: o “desemprego oculto por trabalho precário”. Essa categoria foi introduzida na PED, juntamente com o “desemprego oculto por desalento¹¹”, com a intenção de tornar visível alguns posicionamentos com relação ao mercado de trabalho que não eram captados pelas pesquisas quantitativas. O desemprego oculto por trabalho precário se refere às “pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos trinta dias anteriores da entrevista ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste¹²”. Os dados para a RMSP mostram que os jovens eram ao menos¹³ 25,6% dos desempregados por trabalho precário, em 2006, sendo que, representavam 24,5% da população economicamente ativa.

Outro indicador estatístico da inserção do jovem no mercado de trabalho foi fornecido pela pesquisa “Trabalho Decente e Juventude – América Latina”, realizada pela Organização Internacional do

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Essas informações foram adquiridas a partir de uma tabulação própria realizada com base nos microdados da PED, disponíveis no site da fundação Seade: www.seade.gov.br.

¹¹ Desemprego oculto pelo desalento: “pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze meses” (Definição: Fundação Seade, 2008).

¹² As duas definições foram retiradas do site da Fundação Seade, (acesso em 30/01/2008).

¹³ Os dados sobre o desemprego oculto não são precisos, principalmente na faixa etária de 15 a 17 anos. por isso, nesse caso só é possível fornecer uma aproximação.

Trabalho (OIT, 2007). A pesquisa indica que na América Latina, dos 106 milhões de jovens, 48 milhões trabalhavam e 10 milhões estavam desempregados. Dentre os que trabalhavam, 17 milhões foram considerados não precários e 31 milhões eram precários. Na pesquisa essas categorias foram definidas da seguinte forma: “não precários: trabalham em uma atividade remunerada e contam com seguridade social em saúde e pensões” e “precários: trabalham em uma atividade econômica em forma remunerada e não contam com seguridade social em saúde e pensões¹⁴” (2007: 15).

Como dito no início, a juventude é essencialmente heterogênea, não apenas nas suas características, mas também nas suas condições e situações vivenciadas. Assim, o desemprego e a inserção precária não são necessariamente situações experimentadas por todos. Também não possuem uma incidência aleatória, ao contrário, parecem fortemente associadas às condições sociais dos jovens. A diferença na trajetória profissional está fortemente associada ao nível de formação, sendo que os menos escolarizados experimentam de forma mais recorrente uma das duas situações enunciadas. Por sua vez, o acesso aos bens educacionais não é igualmente distribuído e reflete a existência de uma hierarquia social¹⁵ (Charvet, 2001).

Ao refletir sobre o contexto dos jovens na América Latina, Kliksberg (2005) afirma que o desemprego que afeta a juventude possui um forte caráter socioeconômico. Sendo que o mesmo ocorre com os empregos de baixa produtividade. A região é a mais desigual

¹⁴ Não cabe aqui fazer uma crítica da conceituação teórica utilizada pela OIT, que parece utilizar o termo “precário” no sentido de informal. No caso do presente artigo essa falta de rigor conceitual não é prejudicial, pois os dados aqui inseridos apenas querem fornecer indicações sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

¹⁵ É preciso relativizar essa afirmação, não estamos propondo uma relação obrigatória entre as diferentes oportunidades no mercado de trabalho e renda e escolaridade, contudo é impossível negar a influência desses dois aspectos nessa distribuição.

do mundo, sendo que esse fato se reflete não apenas nas oportunidades diferenciadas de emprego e nos níveis salariais, mas também em toda a estrutura social, ou seja, no acesso à saúde educação, alimentação etc. O estrato social ao qual pertence o jovem é importante definidor do tipo de trajetória de vida que construirá. Além disso, enfatiza o impacto que uma situação de exclusão social pode acarretar aos jovens, que estão em processo de construção de identidade e auto-estima, pois cerca de ¼ dos jovens da região estavam ao mesmo tempo fora da escola e do mercado de trabalho no ano de 2000: “os jovens estão em pleno processo de garantir sua auto-estima. A marginalização social vai diretamente contra ela. Em lugar de ser fortalecida, ela fica enfraquecida. Isso gera problemas psíquicos, de conduta e de relacionamento” (2005:44).

No interior de um processo multidimensional de transição para a vida adulta, as vicissitudes enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho impactam a maneira como essas trajetórias são construídas. Obviamente as transformações nos percursos de transição para a vida adulta não são apenas oriundas das mudanças ocorridas nos padrões de trabalho, ao contrário, estão associadas a uma gama complexa de mudanças sociais e culturais, como, por exemplo, a crescente escolarização e as modificações na forma de relacionamento familiar. Em primeiro lugar houve uma recomposição dos tempos de vida, causada também pelo aumento da expectativa de vida. Assim, houve um prolongamento da fase considerada como juvenil, com prolongamento dos anos de estudos, adiamento de entrada no mercado de trabalho e constituição de família própria (Charvet, 2001). Os jovens hoje passam mais anos na escola, tendem a adiar a entrada no mercado de trabalho e a se casar mais tarde. As trajetórias que antes eram estabelecidas de forma mais linear, atualmente são marcadas por reversões, retornos e recomeços. Por vezes as trajetórias descontínuas

em relação às diversas esferas da vida fazem parte da biografia dos jovens de hoje¹⁶ (Pais, 1994).

Como observa Tartuce (2007) há uma divergência entre a realidade concreta e a construção social que se tem de transição para a vida adulta, isto é, vigora ainda um padrão de construção de identidade e reconhecimento social centrado no trabalho, da forma como se constitui para as gerações anteriores, contudo a realidade atual do trabalho se modificou: “Os itinerários para a vida adulta, cada vez mais obscuros, longos e duvidosos chocam-se com o modelo centrado no trabalho *ainda proposto* para as novas gerações (grifo da autora)” (Tartuce, 2007: 109). Dessa forma, há uma possibilidade latente de conflito entre as possibilidades reais colocadas aos jovens e as expectativas sociais e pessoais.

Ainda segundo Tartuce, é preciso considerar que a maioria das teses de transição para a vida adulta foram desenvolvidas em contextos bastante diferentes daquele existente no Brasil. Aqui o trabalho não é apenas um tema do futuro quando se fala de juventude, ao contrário, está posto no presente, principalmente na figura do “estudante-trabalhador”. Por essa razão, a partir da década de 80 no país proliferam-se os estudos que adotam o estudante como objeto, para pensar a relação entre escola-trabalho. O trabalho juvenil não deve ser pensado apenas como uma estratégia de sobrevivência, isto é, consequência da necessidade econômica vivenciada, mas também como estratégia de estilo de vida das famílias, dado que o trabalho juvenil não é uma exclusividade de jovens pobres. Há ainda outro aspecto que permeia a inserção juvenil, que é seu caráter moral e educacional: “O trabalho dos filhos também é importante porque contribui para a formação ética dos filhos” (Oliveira, 2001, 42), o que

¹⁶ Por essa razão Pais (1994) utiliza a metáfora do yo-yo para caracterizar a condição do jovem na sociedade contemporânea.

envolve não apenas o aprendizado de valores como responsabilidade e disciplina, mas também o afastamento dos filhos da marginalidade.

No Brasil é forte a tendência atual a se considerar outras esferas que compõe e integram a transição para a vida adulta, outras esferas de sociabilidade que se tornam relevantes em percursos cada vez mais dispersos e complexos que não podem ser reduzidos a conquistas nesta ou naquela esfera. O que se observa aqui é que a complexidade e diversidade de trajetórias para a vida adulta se dissipam pela sociedade e passam a integrar a construção das biografias juvenis, que são construídas em uma época de “futuro incerto e indeterminável” (Leccardi, 2005), na qual há riscos constantes¹⁷. No Brasil, a descontinuidade das inserções profissionais não é novidade (Tartuce, 2007; Corrochano, 2008), já caracterizavam as trajetórias de jovens e adultos, antes mesmo das transformações no mercado de trabalho.

Pais (2001) salienta que não é possível excluir a capacidade e possibilidade de escolha das análises de transição juvenil, principalmente no que se refere à esfera do trabalho. O autor argumenta que a realização de trabalhos precários por jovens pode significar a busca de estratégias para enfrentar as dificuldades postas a uma inserção estável no mercado de trabalho. Nesse sentido, as formas de trabalho que diferem do padrão tradicional podem conter criatividade, busca de alternativas, capacidade de construção e reconstrução dos jovens.

A partir dos dados coletados em entrevistas com desempregados, Jardim (2004) afirma que há uma particularidade na forma como os jovens lidam com as vicissitudes da inserção profissional:

¹⁷ Nesse sentido, Leccardi (2005) argumenta que o futuro perde seu posto de referencial último das ações humanas.

Na fala dos jovens, o caráter privado da experiência do mundo do trabalho se revela com mais nitidez: ao contrário dos adultos, que dispõem de referências (pautadas em sua experiência) que lhes permite avaliar o sentido das perdas, os jovens já têm a instabilidade como a condição normal da experiência de trabalho e assumem com mais facilidade o discurso da *empregabilidade* (grifo da autora) (Jardim, 2004, 261).

Não cabe aqui fazer uma reflexão sobre o conceito de empregabilidade, mas vale ressaltar o caráter individualizado que é conferido à vivência da procura e da prática do trabalho; da mesma forma que as angústias e medos são vivenciados privadamente, conquistas e fracassos também são apreendidos como decorrentes de qualidades e características particulares daquela personalidade individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é possível afirmar é que no Brasil as transformações decorrentes da reestruturação produtiva ou da reconfiguração dos modos de organização do trabalho e da produção incidem sobre a juventude, tornando ainda mais difíceis a conquista do estatuto de adulto, na medida em que torna a inserção no mercado do trabalho também mais incerta e instável.

Certamente a transição para a vida adulta não envolve apenas a esfera do trabalho, mas esta ainda ocupa um papel central no interior desse processo. Há uma agudização da descontinuidade das trajetórias de transição para a vida adulta, as conquistas são muitas vezes frágeis e temporárias, assim como as inserções no mercado de trabalho.

Como foi dito anteriormente, a juventude é heterogênea, não apenas no início do processo, isto é, nas condições de vida das

famílias de origem que resultam em oportunidades diferenciadas no mercado de trabalho. Mas, a diversidade juvenil se expressa também nas formas de percepção e construção do processo de transição para a vida adulta, também no tocante ao trabalho. As maneiras de significar esse universo e de construir alternativas e percursos mostram-se também diferenciadas.

A juventude brasileira de hoje enfrenta o desafio de conciliar as expectativas pessoais e sociais de conquistas de estatutos em um cenário permeado por vicissitudes. Dessa forma, constroem novos padrões de transição, nos quais reversões e retornos marcam presença, como, por exemplo, a retomada dos estudos, na busca por novas qualificações úteis ao mercado. Vários dos referenciais que orientaram as construções biográficas das gerações anteriores ganham novos contornos e significados: emprego, desemprego, futuro, qualificação, estabilidade. Nesse cenário as transições para a vida adulta atuais devem ser observadas não a partir apenas dos padrões e referenciais passados, mas também com um olhar para o novo contexto social, que envolve as mudanças aceleradas no mundo do trabalho e também as transformações culturais e sociais.

Bibliografia

AMADEO, Edward; CAMARGO, José Márcio. “Instituições e o mercado de trabalho no Brasil”. CAMARGO, J. M. (org.). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp. 47-94.

ANTUNES, Ricardo (org.). “A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil”. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006. pp. 15-25.

BALTAR, P. E.; PRONI, M. W. “Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial”. OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. **Crise e trabalho no Brasil**. São Paulo, Scritta, 1996. pp. 109-149.

Banco de dados: Fundação Seade www.seade.gov.br

BRANDÃO, S., WATANABE, M., FERREIRA, S., MONTAGNER, P. “Mobilidade ocupacional: a experiência da região metropolitana de São Paulo”. GUIMARÃES, N., HIRATA, H. (orgs). **Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo, Editora Senac, 2006. pp. 91-125.

CACCIAMALI, Maria Cristina; JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima. “Emprego e seguridade social: mais uma década perdida no mercado de trabalho da América Latina”. COGGIOLA, O. **América Latina. Encruzilhadas da História Contemporânea**. São Paulo, Xamã, 2003. pp. 215-232.

CAMARGO, José Márcio. “Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro”. _____ (org.). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp. 11-45.

CARDOSO, A., COMIM, A., GUIMARÃES, N. “Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira”. GUIMARÃES, N., HIRATA, H. (orgs). **Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: Editora Senac, 2006. pp. 45-90.

CHARVET, Dominique. **Jeunesse, le devoir d’avenir**. Paris, La Documentation Française, 2001.

CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bola Trabalho no município de São Paulo**. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Educação, USP, 2008.

DEDECCA, Claudio Salvadori. “Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado”. OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. **Crise e trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1996. pp. 55-85.

DEMAZIÈRE, Didier. “Precarites d’emploi, precarites de condition: entre formes e normes”. **Colóquio Internacional: Novas Formas do Trabalho e do Desemprego**. São Paulo, 2006. Disponível no site: www.fflch.usp.br/sociologia . Acesso em 20 nov 2006.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. Bahia: EDUFA; São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Caminhos Cruzados: **estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

JARDIM, Fabiana. **Entre o desalento e a invenção: experiências de desemprego em São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. “O contexto da juventude na América Latina”. THOMPSON, Andrés (org.). **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo, Petrópolis, 2005. pp. 21-58.

LECCARDI, Carmem. “Por um novo significado de futuro: mudança social, jovens e tempo”. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia/ FFLCH, v. 17, n.2, 2005. pp. 35-57.

MARUANI, Margaret; REYNAUD, Emmnuèle. **Sociologie de l’emploi**. Paris, la Découverte, 2004.

OIT. **Trabalho decente e juventude – América Latina**. Resumo Executivo. Organização Internacional do Trabalho, Brasil, 2007.

OLIVEIRA, Régia Cristina. **Jovens trabalhadores: representações sobre o trabalho na contemporaneidade**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia (FFLCH-USP), 2001.

PAIS, José Machado. “A construção sociológica da juventude – alguns contributos”. **Análise Social**, vol. XXV, 1990. pp. 139-165.

_____. “A geração yo-yo”. **Dinâmicas culturais, novas faces, novos olhares**. Lisboa, Instituto Nacional da Universidade de Lisboa, 1994. pp. 11-25.

_____. **Ganchos, tachos e biscates.** Portugal, Editora Âmbar, 2001.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **“Ser jovem” e “ser adulto”:** **identidades, representações e trajetórias.** Tese de doutorado. São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, 2007.

RODARTE, M. M. S.; BRAGA, T. S. “Tendências recentes do Mercado de Trabalho no Brasil a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)”. DIEESE/Cesit (orgs.). **O trabalho no setor terciário – emprego e desenvolvimento tecnológico.** São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 2005. pp. 67-94.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: contexto, 2003.

_____. “A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social”. ABRAMO, H., BRANCO, P.P. (org.) **Retratos da juventude brasileira – Análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo, Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005. pp. 27-35.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. **Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo.** Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia (FFLCH-USP), 2007.

VESAPOLLO, Luciano. “O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista”. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2006. pp. 45-57.